



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

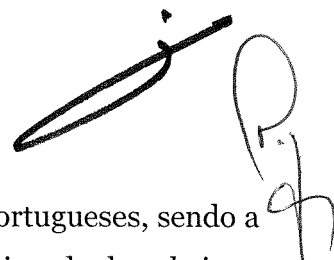
Entre:

Primeiro Outorgante: Liga dos Bombeiros Portugueses, adiante designada por **LBP**, instituição de utilidade pública administrativa, com sede na Rua Eduardo de Noronha, n.º 5 e 7, 1700 151 Lisboa, pessoa colectiva n.º 500920680, confederação das associações e corpos de bombeiros portugueses e entidades equivalentes, públicas ou privadas, que mantêm corpos de bombeiros, representada neste acto pelo senhor Dr. Duarte Caldeira, portador do bilhete de identidade n.º 2072912 na qualidade de Presidente do Conselho Executivo e com todos os poderes para assinatura do presente documento;

Segundo Outorgante: IPL – Instituto Politécnico de Leiria, adiante designada por **IPL**, instituto de ensino superior, pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, administrativa, financeira e patrimonial, ao serviço da sociedade e destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, representada neste acto pelo senhor Dr. Nuno Mangas Pereira, portador do bilhete de identidade n.º 7819248 na qualidade de Presidente do Instituto e com todos os poderes para assinatura do presente documento;

Terceiro Outorgante: Associação Nacional de Municípios Portugueses, adiante designada por **ANMP**, pessoa colectiva de direito público dedicada à prossecução de fins de promoção, defesa, dignificação do poder local, e entre outros, a realização de estudos e projectos relevantes para o poder local, representada neste acto pelo senhor Jaime Marta Soares, portador do cartão único n.º 534555 na qualidade de Vogal do Conselho Directivo e com todos os poderes para assinatura do presente documento;

Considerando que:



- a) A LBP prossegue fins de defesa e dignificação dos bombeiros portugueses, sendo a confederação representativa das 467 associações humanitárias de bombeiros, bombeiros sapadores e bombeiros municipais, bem como de elementos de bombeiros privativos;
- b) O IPL ministra, numa das suas escolas, a licenciatura em Protecção Civil;
- c) A ANMP prossegue fins de promoção, defesa e dignificação do poder local, tendo os municípios particulares responsabilidades na área da Protecção Civil e sendo a sua intervenção cada vez mais actuante;
- d) É unanimemente reconhecido que qualquer intervenção na área do socorro obriga à intervenção dos corpos de bombeiros;
- e) É sabida a importância do papel associativo das associações humanitárias de bombeiros, mormente na sua intervenção social junto dos mais carenciados, bem como nos âmbitos cultural e desportivo;

Acordam estabelecer entre si o presente protocolo de cooperação, em face dos objectivos abaixo considerados, que aceitam submeter às seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

O IPL, no leque das suas competências próprias, promoverá todas as iniciativas conducentes à realização dos estudos necessários e adequados para:

- a) Conhecer qual o tipo de apoios que são concedidos pelos municípios às associações humanitárias de bombeiros;
- b) Saber da existência ao nível municipal de políticas de incentivo/estímulo ao voluntariado nos corpos de bombeiros;
- c) Saber como se encontram organizados os serviços municipais de Protecção Civil, nomeadamente quanto aos recursos humanos e materiais.

Cláusula 2.ª

A LBP compromete-se a empreender acções de sensibilização junto das associações humanitárias de bombeiros, suas confederadas, no sentido de estas colaborarem na disponibilização dos elementos indispensáveis à realização do estudo.

Cláusula 3.^a



A ANMP compromete-se a divulgar entre os municípios portugueses o teor do presente protocolo, bem como junto deles solicitar a melhor das cooperações.

Cláusula 4.^a

A realização em concreto dos referidos estudos, dependerá da celebração de um acordo específico para cada caso, nele se estabelecendo os termos da celebração, em conformidade com a legislação aplicável.

Compete a cada Município, autorizar ou não a divulgação da sua identidade nos resultados dos estudos efectuados.

A LBP e a ANMP autorizam expressamente e por tempo indeterminado o IPL a utilizar o resultado dos estudos efectuados ao abrigo do presente Protocolo no âmbito da formação que ministra ou venha a ministrar.

Cláusula 5.^a

Os outorgantes consideram naturalmente salvaguardadas as características próprias de cada uma das partes constantes deste protocolo, tais como, as vocações e atribuições fundamentais, estruturas, estatutos e regulamentos internos, período de laboração, dotações orçamentais, laços institucionais e respeito pelas leis que as regem.

Cláusula 6.^a

O presente protocolo entra em vigor no dia após a sua assinatura e vigorará pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, caso nenhuma das partes o denuncie por escrito, com a antecedência mínima de trinta dias por forma idónea, sem prejuízo das acções em curso.

Cláusula 7.^a

Para dirimir quaisquer questões emergentes do presente protocolo é competente o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em triplicado, em Leiria, no dia 23 de Março de 2010, ficando cada um dos outorgantes na posse de um exemplar.

O Primeiro Outorgante: **Liga dos Bombeiros Portugueses**

(Dr. Duarte Caldeira)

O Segundo Outorgante: **IPL – Instituto Politécnico de Leiria**

(Dr. Nuno Mangas Pereira)

O Terceiro Outorgante: **Associação Nacional de Municípios Portugueses**

(Jaime Marta Soares)